

O Programa Nacional de Produção e Consumo de Biodiesel (PNPB) no Brasil, instituído a partir de 2005, vem expandindo a produção de biodiesel no país gradativamente. A necessidade de concepção de uma série de políticas e incentivos para a incorporação do biodiesel na matriz energética reforça a importância da presença do governo na emergência desta indústria. O papel do governo brasileiro, atuando como um agente que orienta e fomenta a produção e o consumo do biodiesel é ainda mais proeminente quando se busca utilizar programas desta natureza para promover o desenvolvimento regional e a inclusão social de parte menos privilegiada da população. Os programas e políticas ligados à inclusão social e diversificação de matéria-prima para a produção do biodiesel vem contribuindo com o desenvolvimento e crescimento de regiões menos favorecidas, como é o caso do Nordeste brasileiro. O resultado parcial de projeto de pesquisa foi apresentado no XXIII Salão de Iniciação Científica, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A pesquisa objetiva estudar a experiência brasileira na concepção e inserção do PNPB na região Nordeste como base para implantação do programa na Guiné-Bissau, a fim de promover o desenvolvimento socioeconômico e a diversificação de agricultura deste país. A metodologia utilizada na coleta de dados foram pesquisas em fontes literárias, artigos científicos disponíveis na internet, banco de dados eletrônicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e em sites especiais do Governo brasileiro e guineense. A análise dos dados permitiu identificar e projetar um quadro regulatório e institucional com elencos condicionantes que incentiva o estabelecimento de uma base produtiva de biodiesel na Guiné-Bissau. Apesar de possuir terra com potencial agrícola, a Guiné-Bissau apresenta grandes restrições concernentes à sua estruturação, organização, gestão e produtividade. Problemas como degradação das áreas agricultáveis, limitações orçamentárias, isolamento da agricultura em relação aos centros urbanos, exploração excessiva da base florestal e fragilidades na legislação sobre direito, propriedade e uso da terra são elementos limitadores das possibilidades de desenvolvimento socioeconômico do país. Assim, entende-se que a possibilidade de fomentar de forma articulada o desenvolvimento de oleaginosas para a produção de biodiesel reforça a viabilidade de o biodiesel ser uma alternativa efetiva para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, uma vez que este país tem sua economia fundamentada eminentemente na agricultura, no entanto, ressalta-se que a configuração do quadro regulatório, das políticas públicas e mecanismos do biodiesel no Brasil não devem ser transplantados de forma pura, devido às características políticas, econômicas e sociais diferentes da Guiné-Bissau. Acentua-se assim, o desafio da construção de um quadro regulatório específico e adequado às condições e necessidades locais.